

Renault do Brasil
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da

Renault do Brasil S.A.

São José dos Pinhás - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renault do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renault do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

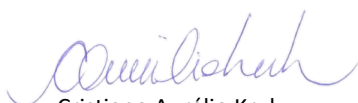
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Renault do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado			Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.747.330	1.894.293	1.825.551	1.961.116	Fornecedores	17	1.912.751	1.971.446	1.950.860	2.000.218
Clientes	10	904.206	1.201.627	1.035.241	1.258.877	Empréstimos e financiamentos	19	2.828.058	2.538.366	2.828.058	2.538.366
Estoques	11	1.061.903	1.044.013	1.159.413	1.135.520	Arrendamentos a pagar	18	1.308	3.004	3.015	4.548
Impostos a recuperar	12	1.275.662	1.344.042	1.324.500	1.379.876	Obrigações tributárias	21	212.694	162.477	223.380	172.629
Despesas antecipadas		27.794	25.193	27.794	25.193	Imposto de renda e contribuição social a pagar		17.139	-	47.416	17.434
Outros ativos circulantes	13	271.001	181.477	159.783	105.294	Obrigações sociais e previdenciárias		198.089	216.729	202.025	220.361
		5.287.896	5.690.645	5.532.282	5.865.876	Empresas ligadas - royalties e juros sobre capital próprio	20	154.430	53.516	170.988	53.516
						Provisões comerciais		121.998	95.075	121.998	95.075
Não circulante						Dividendos a distribuir		16.806	16.949	18.750	18.360
Depósitos judiciais	24	25.670	370.212	25.704	370.246	Provisões para garantia	7i	71.802	80.614	71.802	80.614
Impostos diferidos	23	-	-	17.970	17.473			5.535.075	5.138.176	5.638.292	5.201.121
Impostos a recuperar	12	161.713	185.198	161.713	185.198	Não circulante					
		187.383	555.410	205.387	572.917	Empréstimos e financiamentos	19	325.280	1.600.897	325.280	1.600.897
Investimentos	14	125.283	100.452	6	6	Arrendamentos a pagar	18	3.266	1.120	170.548	170.107
Imobilizado	15	2.613.280	2.807.564	2.749.110	2.949.201	Provisão para contingências	24	303.032	635.562	303.207	635.738
Intangível	16	1.006	4.090	1.006	4.090	Provisão para garantia	7i	51.460	114.864	51.460	114.864
		2.739.569	2.912.106	2.750.122	2.953.297	Obrigações tributárias	21	98.703	106.682	98.703	106.682
		2.926.952	3.467.516	2.955.509	3.526.214	Outros passivos		221	58	220	59
								781.962	2.459.183	949.418	2.628.347
						Total do passivo		6.317.037	7.597.359	6.587.710	7.829.468
						Patrimônio líquido					
						Capital social	22	2.393.893	2.393.893	2.393.893	2.393.893
						Reservas de subvenção	22	1.531.389	1.269.302	1.531.389	1.269.302
						Resultados acumulados		(2.027.471)	(2.102.393)	(2.027.471)	(2.102.393)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.897.811	1.560.802	1.897.811	1.560.802
						Participação de não controladores		-	-	2.270	1.820
						Total do patrimônio líquido		1.897.811	1.560.802	1.900.081	1.562.622
Total do ativo		8.214.848	9.158.161	8.487.791	9.392.090	Total do passivo e do patrimônio líquido		8.214.848	9.158.161	8.487.791	9.392.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renault do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Notas explicativas	2021	2020	2021	2020
Receita líquida de vendas	27	10.982.026	8.536.011	11.450.413	8.869.962
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	28	<u>(9.640.848)</u>	<u>(8.050.939)</u>	<u>(9.919.315)</u>	<u>(8.241.799)</u>
Lucro bruto		<u>1.341.178</u>	<u>485.072</u>	<u>1.531.098</u>	<u>628.163</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	28	(689.052)	(639.774)	(713.049)	(650.579)
Provisão para perdas de créditos esperadas	28	(1.717)	(8.079)	(2.610)	(10.762)
Gerais e administrativas	28	(765.353)	(880.338)	(835.455)	(955.851)
Resultado de equivalência patrimonial	14	57.324	41.630	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	29	<u>733.053</u>	<u>773.069</u>	<u>743.230</u>	<u>783.463</u>
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		<u>675.433</u>	<u>(228.420)</u>	<u>723.214</u>	<u>(205.566)</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	30	289.318	337.922	291.945	363.758
Despesas financeiras	30	(580.973)	(531.664)	(602.836)	(576.099)
Variação cambial, líquida	30	<u>(29.630)</u>	<u>(77.270)</u>	<u>(27.360)</u>	<u>(60.374)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>354.148</u>	<u>(499.432)</u>	<u>384.963</u>	<u>(478.281)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(17.139)	-	(47.416)	(17.324)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	<u>-</u>	<u>(84.387)</u>	<u>497</u>	<u>(87.460)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>337.009</u></u>	<u><u>(583.819)</u></u>	<u><u>338.044</u></u>	<u><u>(583.065)</u></u>
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores:		337.009	(583.819)	337.009	(583.819)
Acionistas não controladores:		-	-	1.035	754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renault do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	337.009	(583.819)	338.044	(583.065)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>337.009</u>	<u>(583.819)</u>	<u>338.044</u>	<u>(583.065)</u>
Lucro atribuível a:				
Acionistas controladores:	337.009	(583.819)	337.009	(583.819)
Acionistas não controladores:	-	-	1.035	754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renault do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Atribuível ao acionista controlador							
	Notas explicativas	Capital social	Reserva para subvenção de investimentos	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Reserva de lucros	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.393.893	1.230.366	-	(1.479.638)	-	2.144.621	1.066	2.145.687
Prejuízo do exercício		-	-	-	(583.819)	-	(583.819)	754	(583.065)
Reserva de subvenção de investimentos		-	38.935	-	(38.935)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.393.893	1.269.301	-	(2.102.392)	-	1.560.802	1.820	1.562.622
Lucro líquido do exercício		-	-	-	337.009	-	337.009	1.035	338.044
Distribuição de dividendos 2020 aos acionistas minoritários		-	-	-	-	-	-	(585)	(585)
Reserva de subvenção de investimentos		-	262.088	-	(262.088)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.393.893	1.531.389	-	(2.027.471)	-	1.897.811	2.270	1.900.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renault do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		337.009	(583.819)	338.044	(583.065)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	15, 16 e 28	474.358	404.676	475.159	405.403
Provisão para impairment de ativos fixos	15	-	84.884	-	84.884
Depreciação de direito de uso	15 e 28	2.203	2.285	7.212	7.750
Realização de ajuste a valor presente	21	1.821	1.753	1.821	1.753
Provisão para perdas de créditos esperadas	10	1.717	8.079	2.610	10.762
Provisão para perdas nos estoques	11	23.617	8.214	23.262	5.714
Equivalência patrimonial	14	(57.324)	(41.630)	-	-
Provisão para contingências	24	(67.033)	23.505	(67.034)	23.392
Provisões Abrare	24	(265.497)	32.868	(265.497)	32.868
Provisão para garantia	7.n	(72.216)	43.345	(72.216)	43.345
Provisões comerciais	28	26.923	613.073	26.923	626.561
Atualização monetária dos depósitos judiciais	24 e 30	(72.685)	(24.823)	(72.685)	(24.823)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	29	(29.054)	(30.477)	(29.054)	(30.477)
Impostos de renda e contribuição social correntes	23	17.139	-	47.416	17.324
Impostos de renda e contribuição social diferidos	23	-	84.387	(497)	87.460
Créditos de Pis e Cofins sobre ação Abrare	12	(150.483)	(805.960)	(150.483)	(805.960)
Juros sobre arrendamento a pagar	19	503	927	20.640	20.272
Juros e variação cambial não realizada - Clientes		(14.999)	(24.462)	(21.039)	(33.645)
Juros e variação cambial não realizada - Fornecedores		(12.524)	12.241	(12.531)	12.259
Juros e variação cambial não realizada - Empréstimos		285.267	169.490	285.267	169.490
		428.743	(21.444)	537.318	71.267
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Clientes	10	310.703	(384.051)	242.065	(392.386)
Estoques	11	(41.507)	(236.132)	(47.155)	(218.850)
Impostos a recuperar	12	91.865	143.936	78.861	128.754
Depósitos judiciais	24	417.227	18.603	417.227	18.603
Despesas antecipadas		(2.601)	(9.349)	(2.601)	(9.349)
Outros ativos		(89.524)	261.225	(54.489)	261.637
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	17	(46.171)	(6.826)	(36.827)	(18.000)
Obrigações tributárias	20	190.900	(309.478)	191.434	(309.931)
Outros passivos		114.789	(970.659)	81.667	(998.607)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		1.374.423	(1.514.175)	1.407.500	(1.466.862)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado e intangível	15 e 16	(466.026)	(462.486)	(466.026)	(467.362)
Recebimento na liquidação de <i>swap</i>	19	(22.652)	722.563	(22.652)	722.563
Recebimento pela alienação de bens do ativo imobilizado		218.750	184.389	218.750	184.389
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(269.928)	444.466	(269.928)	439.590
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Obtenção de empréstimos	19	2.228.325	5.199.684	2.228.325	5.199.684
Pagamentos de empréstimos	19	(3.260.629)	(3.614.687)	(3.260.629)	(3.614.687)
Pagamentos de juros sobre arrendamentos	19	(2.919)	(3.144)	(24.597)	(23.886)
Pagamento de juros sobre empréstimos	19	(216.236)	(78.354)	(216.236)	(78.354)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos		(1.251.459)	1.503.499	(1.273.137)	1.482.757
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(146.963)	433.790	(135.565)	455.485
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	1.894.293	1.460.503	1.961.116	1.505.631
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9	1.747.330	1.894.293	1.825.551	1.961.116
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(146.963)	433.790	(135.565)	455.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A Renault do Brasil S.A. (“Companhia”), com sede na Avenida Renault, 1.300 no bairro Borda do Campo em São José dos Pinhais, Paraná, é uma Companhia Anônima de capital fechado e parte integrante do Grupo Renault, com sede em Paris - França. A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, produção, importação, exportação e comercialização de veículos automotores de passeio e comerciais leves, bem como de motores, componentes e peças de reposição.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. (“Grupo”) que tem por objeto social a comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos da marca Renault.

Impactos relacionados à pandemia COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o Coronavírus (COVID-19) em 11 de março de 2020 como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado que, somado ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

O surto da pandemia da COVID-19 e as medidas adotadas por governos dos países em todo o mundo para mitigar a propagação da pandemia impactaram significativamente a Companhia. Tais medidas exigiram que as concessionárias parceiras fechassem suas lojas de varejo para atendimento ao público em diversos locais e períodos durante 2020, gerando suas receitas nestes períodos unicamente com vendas online, impactando o o desempenho financeiro da Companhia.

Em 2021 houve gradativa recuperação do mercado, porém ainda como efeito da pandemia, o setor automotivo foi fortemente impactado pelo fornecimento de componentes eletrônicos influenciando diretamente no volume de produção da Companhia.

A Administração manteve o plano de investimento estabelecido para 2021, que contempla aquisição de máquinas e equipamentos e modernização de capacitário, para lançamento de novos veículos, entre outros.

Em 2021, a Companhia diminuiu seu endividamento graças ao resultado operacional positivo e otimização do working capital. Durante o ano foi dada continuidade em diversas medidas de redução de custo adotadas em 2020:

Adesão ao sistema de trabalho “home office”;

Alinhamento de produção à demanda de mercado;

Plano de reestruturação, incluindo o Programa de demissão voluntária – PDV;

Redução de custos fixos;

Negociações de benefícios a colaboradores com o sindicato da área;

Mudança na sua estratégia de participação de mercado, privilegiando sua rentabilidade unitária;

Devido à instabilidade provocada em 2020 pelo impacto negativo da crise gerada pela pandemia da COVID-19, a Companhia decidiu deixar de reconhecer contabilmente a parcela de impostos sobre a renda diferidos, conforme nota explicativa 23; e

Acompanhamento e detalhamento do endividamento conforme nota explicativa 19.

Resultado operacional e expectativas para o ano subsequente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia, no consolidado, reconheceu lucro líquido de R\$ 338.044 (prejuízo de R\$ 583.065 em 2020).

A melhora no desempenho deve-se às ações de reestruturação, reduzindo custos e despesas gerais, e retomada do crescimento nas vendas, com relação direta à recuperação das atividades no país durante 2021 em função da redução de restrições decorrentes do COVID-19.

Sob a ótica do balanço patrimonial, a Companhia foi capaz de obter novas linhas de crédito que permitiram cobrir as necessidades de caixa. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou no consolidado, R\$ 1.825.551 em recursos compreendendo Caixa e Equivalentes de Caixa, além de possuir linhas de créditos não utilizadas disponíveis na data de autorização destas demonstrações financeiras.

Para 2022 a Companhia tem expectativa de caixa operacional positivo visando redução do seu nível de endividamento. Para tanto, mantém-se medidas de contenção de gastos, remanejamento comercial e preservação de caixa.

Apesar das incertezas sobre efeitos futuros nas demonstrações financeiras e/ou sobre as estimativas contábeis, todas as medidas possíveis estão sendo tomadas para preservação dos colaboradores, negócios e operações.

Resultados observados pelo Grupo Renault

Em fevereiro de 2022, o Grupo Renault divulgou seus resultados demonstrando um faturamento de 46,213 bilhões de euros, 6,3% acima do resultado do ano anterior. O Grupo afirma que está em forte retomada dos impactos causados pelo COVID-19, decorrente das melhorias significativas dos processos de aceleração de corte de custos fixos e política de melhoria de preços, focado na prioridade de aumentar a lucratividade e geração de caixa do Grupo Renault.

Adicionalmente, a Administração do Grupo Renault reafirmou seus objetivos até 2023 divulgados por meio do plano estratégico “Renaultion”, que consiste em:

Manter a margem operacional do Grupo acima de 3%;

Manter o fluxo de caixa livre em cerca de 3 bilhões de euros; e

Manter os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e capex entre 8 e 9% das vendas.

Adoção do princípio de continuidade operacional na preparação das demonstrações financeiras

Com base as informações acima, a Administração elaborou as presentes demonstrações financeiras considerando o pressuposto de continuidade operacional.

2 Relação de entidades controladas

Entidade	Atividade principal	País	Controle	Participação acionária %	
				31/12/2021	31/12/2020
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.	Comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos da marca Renault	Brasil	Direto	98,22%	98,22%

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa 20, o Grupo mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas. Referidas transações são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as empresas relacionadas, considerando-se a estrutura operacional e de capital do Grupo Renault, as quais poderiam ser diferentes, caso realizadas com terceiros.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas são baseadas na experiência da Administração e conhecimento de informações disponíveis da data do balanço. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas 7 n e 24 - reconhecimento de provisões e contingências: determinação se há uma obrigação presente com probabilidade provável de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 7 c – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;

Nota explicativa 7 n – reconhecimento e mensuração de provisão para garantia, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;

Nota explicativa 10 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa 11 – mensuração de provisão para perdas nos estoques;

Nota explicativa 18 – reconhecimento e prazo de contratos de arrendamento;

Nota explicativa 23 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e

Nota explicativa 24 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo, o que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas notas explicativa 31 - instrumentos financeiros.

Conforme descrito na nota explicativa 7.e, o Grupo usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

A nota explicativa 31 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e sua empresa controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda., da qual a Companhia possui 98,22% de participação e cujas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se das mesmas práticas contábeis adotadas pela controladora.

Na consolidação das demonstrações financeiras foi eliminada a participação da controladora no patrimônio líquido da controlada, bem como saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas entre as entidades. A participação dos acionistas não controladores é apresentada destacadamente nas demonstrações financeiras consolidadas. Os lucros não realizados, referentes às vendas de peças de reposição e acessórios da controladora para a sua controlada, não foram considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas devido à irrelevância do valor envolvido.

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos foram reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
	Os clientes obtêm controle do veículo no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas em suas dependências, ou quando são aceitas e estão disponíveis para retirada no pátio do Grupo.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Venda de veículos	Nenhum desconto é concedido posteriormente à venda, tampouco existem programas de fidelidade na Companhia.	

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Serviços prestados	<p>O Grupo realiza serviços de engenharia nos projetos do Grupo mundial, e, as faturas de serviço são emitidas mensalmente conforme horas mensuradas.</p> <p>Os clientes obtêm controle da mercadoria no momento em que as mercadorias são faturadas e estão disponíveis para retirada no pátio do Grupo, ou no momento do embarque quando a entrega deverá ser realizada no local acordado, por responsabilidade do cliente.</p>	<p>A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.</p>
Venda de peças	<p>Nenhum desconto é concedido posteriormente à venda, tampouco existem programas de fidelidade na Companhia.</p>	<p>A receita é reconhecida quando a mercadoria é transferida para posse do cliente, podendo se dar no momento do faturamento, quando o cliente retira no pátio da Companhia, ou no momento do embarque para transporte.</p>

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental incondicional é reconhecida no resultado como ‘Outras Receitas’ quando a subvenção se torna recebível. Outras subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como ‘Outras Receitas e Despesas operacionais (líquidas)’, em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como ‘Outras receitas e despesas operacionais (líquidas)’ em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

Receita de juros;

Despesa de juros;

Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); e

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e

Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controlada na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos o Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes, em anos:

Edifícios	40
Instalações	2-12
Máquinas e equipamentos (*)	3-15
Moldes e ferramentas	2-7
Equipamentos de informática	4
Veículos	4
Móveis e utensílios	5-10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(**)
Sistemas de comunicação	10
Equipamentos e materiais publicitários	10

(*) Em 2020 houve a revisão da vida útil de alguns itens de máquinas e equipamentos conforme dossiê França para linha de produção *ASLm* que passou de 14 para 15 anos.

(**) Período de acordo com o contrato de locação

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Propriedade intelectual

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes, em anos:

Softwares	3
Propriedade intelectual	2 – 4

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros,

Ativos financeiros a custo amortizado ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

m. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito o Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos o Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do emissor;

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

Reestruturação de um valor devido o Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

n. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades. As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante	71.802	80.614	71.802	80.614
Não circulante	51.460	114.864	51.460	114.864
	123.262	195.478	123.262	195.478

O Grupo oferece garantia de 1 a 3 anos para cobertura de problemas de fabricação. Os valores são provisionados com base em estimativas, tomando como parâmetro, médias históricas dos gastos incorridos, de acordo com as análises realizadas pelo departamento de garantia, as quais são revisadas anualmente.

(ii) Provisão para contingências

É constituída com base na avaliação efetuada pelos consultores jurídicos e pela Administração do Grupo das prováveis perdas com os processos judiciais, deduzida do saldo de depósitos judiciais, quando existentes.

(iii) Provisões comerciais

Referem-se, principalmente, a provisões com comissões e bônus concedidos para a comercialização de veículos, de acordo com análises efetuadas pelo departamento comercial, as quais são revisadas anualmente.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo, localmente e em conjunto com a matriz francesa, avaliou e não identificou impactos nas suas atividades em relação às seguintes normas novas e alterações, e por tal razão não foram contempladas na elaboração destas demonstrações financeiras:

Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);

Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);

Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);

Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);

Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); e

Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	16.497	6.036	16.643	6.353
Aplicações financeiras	<u>1.730.833</u>	<u>1.888.257</u>	<u>1.808.908</u>	<u>1.954.763</u>
	<u>1.747.330</u>	<u>1.894.293</u>	<u>1.825.551</u>	<u>1.961.116</u>

As aplicações financeiras são representadas, substancialmente, por aplicações em CDB e Compromissadas com liquidez diária, todos referenciados em CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) com rentabilidade entre 99% e 103%, em linha com 2020.

10 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Clientes nacionais				
Terceiros	94.448	42.828	95.029	51.951
Partes relacionadas (nota explicativa 20)	13.413	21.467	19.227	4.541
Clientes estrangeiros				
Terceiros	8.758	19.955	20.285	26.037
Partes relacionadas (nota explicativa 20)	<u>804.982</u>	<u>1.138.401</u>	<u>918.843</u>	<u>1.200.469</u>
	<u>921.601</u>	<u>1.222.651</u>	<u>1.053.384</u>	<u>1.282.998</u>
Provisão para perda de créditos esperadas	<u>(17.395)</u>	<u>(21.024)</u>	<u>(18.143)</u>	<u>(24.121)</u>
Contas a receber, líquido	<u>904.206</u>	<u>1.201.627</u>	<u>1.035.241</u>	<u>1.258.877</u>

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	(21.024)	(15.424)	(24.121)	(15.838)
Adições	(1.717)	(8.079)	(2.610)	(10.762)
Baixas efetivas	5.356	2.479	8.588	2.479
Saldo no final do exercício	<u>(17.395)</u>	<u>(21.024)</u>	<u>(18.143)</u>	<u>(24.121)</u>

O período médio de recebimento na venda de produtos foi de 30 dias em 2021 (43 dias em 2020).

As contas a receber de partes relacionadas (nacional e estrangeiro) inclusas nos valores acima totalizam R\$ 818.395 (R\$ 1.165.416 em 2020) e estão apresentadas na nota explicativa 20.

O quadro a seguir demonstra os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Créditos a vencer	666.704	240.390	690.707	242.387
Créditos em atraso até 30 dias	67.831	115.017	79.044	118.007
Créditos em atraso de 31 a 90 dias	19.807	495.743	30.466	505.750
Créditos em atraso de 91 a 120 dias	23.134	56.357	27.298	57.586
Créditos em atraso de 121 a 180 dias	12.361	63.959	15.334	68.658
Créditos em atraso acima de 180 dias	131.764	251.185	210.535	290.610
	<u>921.601</u>	<u>1.222.651</u>	<u>1.053.384</u>	<u>1.282.998</u>

Os créditos em atraso há mais de 180 dias são, substancialmente, mantidos com partes relacionadas, cujo recebimento será realizado mediante disponibilidade de caixa de tais partes, bem como a liberação para a remessa de recursos financeiros pelas entidades governamentais dos respectivos países.

O Grupo efetua a análise de perdas esperadas de contas a receber, conforme política abaixo.

10.1 Política vigente de provisão para perdas de créditos esperadas

A redução das contas a receber passa a abranger dois níveis:

A imparidade com base nas perdas incorridas (inalteradas): reconhecimento de perdas realizadas em dívidas duvidosas, comprometidas ou incobráveis, identificadas individualmente; e

A imparidade das perdas esperadas em recebíveis saudáveis (novo), sem incidentes de pagamento até à data.

A taxa aplicada de perda esperada em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 0,82%, e o impacto foi de R\$ 1.717 (R\$ 2.419 em 2020) no contas a receber.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Veículos	162.844	163.715	162.844	163.715
Motores	25.479	41.342	25.479	41.342
Componentes para fabricação	830.718	793.466	830.718	793.466
Peças de reposição	41.693	23.308	144.513	120.481
Material de consumo e reposição	81.655	79.051	81.655	79.050
(-) Provisão para perdas nos estoques	<u>(80.486)</u>	<u>(56.869)</u>	<u>(85.796)</u>	<u>(62.534)</u>
	<u>1.061.903</u>	<u>1.044.013</u>	<u>1.159.413</u>	<u>1.135.520</u>

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perda nos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	(56.869)	(48.655)	(62.534)	(56.820)
Adições	(95.535)	(40.778)	(97.010)	(54.536)
Baixas	<u>71.918</u>	<u>32.564</u>	<u>73.748</u>	<u>48.822</u>
Saldo no final do exercício	<u>(80.486)</u>	<u>(56.869)</u>	<u>(85.796)</u>	<u>(62.534)</u>

A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando-se o melhor julgamento da Administração. Caso a potencial perda não seja a mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Créditos de PIS e COFINS (a)	-	943.729	-	943.729
Imposto de renda e contribuição social antecipados IRRF (c)	67.315	214.287	101.743	239.885
ICMS a recuperar (b)	189.881	111.723	189.881	111.723
IPI a recuperar	6.132	3.720	6.142	3.720
PIS/COFINS a compensar (a)	775.447	11.224	788.370	20.082
Outros impostos (d)	<u>236.887</u>	<u>59.359</u>	<u>238.364</u>	<u>60.737</u>
	<u>1.275.662</u>	<u>1.344.042</u>	<u>1.324.500</u>	<u>1.379.876</u>
Não circulante				
ICMS a recuperar (b)	161.151	184.632	161.151	184.632
PIS/COFINS a compensar	-	4	-	4
Outros impostos	<u>562</u>	<u>562</u>	<u>562</u>	<u>562</u>
	<u>161.713</u>	<u>185.198</u>	<u>161.713</u>	<u>185.198</u>
	<u>1.437.375</u>	<u>1.529.240</u>	<u>1.486.213</u>	<u>1.565.074</u>

Os valores de impostos a recuperar estão sendo recuperados no curso normal dos negócios.

- (a) Em 01/02/2019 o Grupo obteve o trânsito em julgado da decisão favorável do 2ª. instância pelo TRF 4ª. região em sua ação nº 5045724-22.2012.4.04.7000 sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS contida na receita de vendas relativo ao período de 08/2003 a 06/2008. Em decorrência dessa decisão foi registrado o valor de R\$ 269.116 em contrapartida de “Outras receitas operacionais”. Do valor registrado, o Grupo realizou até 31 de dezembro de 2019 o montante de 72.879, não utilizando em 2020 o crédito remanescente, visto que se refere a metodologia da exclusão do ICMS destacado, e o Grupo aguardava a definição da metodologia pelo julgamento do Leading Case, pelo STF. Em 2020, o assunto havia sido retirado da Pauta do Poder Judiciário devido a COVID-19.

Concomitantemente, foi constituída em 2019 uma provisão para pagamento à ABRARE (Associação Brasileira de Concessionários Renault) no valor de R\$ 98.292 referente ao acordo assinado entre as partes concedendo às concessionárias parte do valor efetivamente recuperado. Esta provisão está registrada na rubrica de “Provisões para contingências”, no passivo não circulante.

Após maio/2021, com a decisão favorável pelo Supremo Tribunal Federal acerca da metodologia da exclusão pelo ICMS destacado, o Grupo deu seguimento então à utilização do crédito remanescente, tendo utilizado em sua totalidade em 2021.

Em 13/08/2020 o Grupo obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em sua ação nº 5048473-12.2012.4.04.7000 sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS contida na receita de vendas relativo ao período de 07/2008 a 08/2018. Em decorrência dessa decisão foi registrado o valor de R\$ 912.345 em contrapartida de “Outras receitas operacionais”. Para esta ação, o Grupo realizou depósito judicial dos valores discutidos entre 2008 e 2012, tendo valor de R\$ 267.612, que até 31 de dezembro de 2020 não havia sido expedido o alvará para levantamento. Do valor registrado, o Grupo realizou até 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 177.478. Após reversão de provisão registrada em 2019 referente a este processo, foi constituída durante o ano de 2020, uma nova provisão complementar para pagamento a ABRARE, conforme explicado acima, no valor de R\$ 207.378 referente à segunda ação.

Em 2021, o alvará foi expedido e o levantamento do depósito judicial foi realizado. O Grupo utilizou integralmente o crédito em 2021, deslocando o crédito escritural para composição do grupo “PIS/COFINS a compensar”, elevando a posição credora da rubrica, e compensando o valor remanescente de R\$ 150.483, visto que para este caso, a decisão judicial foi direta e precisa quanto a metodologia de exclusão do ICMS da base, que é pelo valor do ICMS destacado em nota fiscal. O Grupo procedeu com o pagamento à ABRARE em 2021 da parte provisionada conforme acordo estabelecido previamente.

Composição dos valores lançados ao resultado do exercício:

	2020	Impacto 2021
Registro do crédito na data do trânsito em julgado	912.346	Valor integralmente consumido, sendo partilhado entre crédito escritural e recolhimento a maior, passível de compensação com demais tributos federais.
Reversão da provisão constituída em anos anteriores	185.837	Sem impacto remanescente em 2021.
Constituição provisão ABRARE	(207.378)	Pagamento realizado.
Constituição provisão depósito judicial	(106.386)	Sem impacto remanescente em 2021.
Honorários advocatícios	(7.257)	Pagamento realizado.
PIS/COFINS sobre atualização monetária do crédito tributário	(19.825)	Pagamento realizado.
Total	757.337	

- (b) Em 2020, com o surgimento da pandemia pela COVID-19, o saldo de ICMS a recuperar foi sensivelmente afetado em virtude da drástica queda nas vendas de veículos. Apesar do início de retomada do volume de vendas em 2021, o montante credor manteve a tendência de alta. .
- (c) Em 2020, diante do cenário de crise econômica em decorrência da pandemia, o Grupo apurou prejuízo fiscal, não havendo recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Contudo, observa-se a elevação do saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social antecipados IRRF diante das retenções de Imposto de Renda sobre operações de *hedge*, realizados visando mitigar os impactos da volatilidade cambial. Como em 2020 a variação cambial gerou

expressivos ganhos que compensaram a desvalorização da moeda local, o Grupo sofreu retenção em valor substancial. Uma vez que em 2020 o Grupo não teve recolhimento de IRPJ, este saldo de IRRF compôs o Saldo Negativo de IRPJ 2020, que pôde ser substancialmente utilizado após a entrega da obrigação acessória relacionada – ECF 2021. O saldo remanescente se refere aos créditos de IRRF diante das retenções de Imposto de Renda sobre operações de *hedge* bem como créditos do incentivo fiscal Rota 2030, cuja utilização será registrada em 2022.

- (d) Neste grupo de contas estão reconhecidos créditos de natureza de pagamento a maior ou pedido de ressarcimento de PIS/COFINS em operações de exportação. A perspectiva de utilização se dá em 2022.

13 Outros ativos circulantes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores	11.304	9.634	11.304	9.634
Adiantamentos a colaboradores	54.889	62.264	55.259	62.681
Dividendos a receber	126.614	94.122	-	-
Outros (i)	78.195	15.457	93.220	32.979
	271.001	181.477	159.783	105.294

- (i) O aumento do saldo no ano de 2021 deve-se, basicamente, aos valores recebidos do mercado externo no final do ano que constavam pendentes de nacionalização para as instituições financeiras nacionais, e que foram nacionalizados no início do ano de 2022.

14 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Renault do Brasil Com. e Participações Ltda.	125.283	100.452	-	-
Outros investimentos	-	-	6	6
	125.283	100.452	6	6

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo possuía 98,22% de participação no capital social da Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. (“RBCP”), empresa que se dedica à comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos.

Em 2021 a controlada RBCP distribuiu dividendos no montante de R\$ 827 (R\$ 588 em 2020) que foram destinados aos acionistas não controladores. Não foram constituídos JSCP para o ano de 2021.

Abaixo segue informações sobre o investimento na RBCP:

	2021	2020
Total do ativo	519.411	445.430
Total do passivo	391.858	343.158
Receita líquida total	724.030	529.212
Patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro	127.553	102.272
Participação no capital social	98,22%	98,22%
Saldo do investimento	125.283	100.452

Renault do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Lucro líquido do exercício da controlada	58.362	42.384
Receita de equivalência patrimonial reconhecida no exercício	57.324	41.630
Lucro dos acionistas não controladores	1.039	754

Abaixo segue a movimentação do saldo de investimentos:

	2021	2020
Saldo inicial do investimento	<u>100.452</u>	<u>58.822</u>
Equivalência patrimonial	57.324	41.630
Reversão dividendos distribuídos	(32.492)	-
Saldo final do investimento	125.283	100.452

15 Imobilizado

	Taxas % anuais de depreciação	Controladora				Consolidado	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	2020	2021	2020
					Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Edificações	3,33%	581.719	(293.805)	287.914	306.273	287.914	305.817
Instalações	4% a 50%	1.407.396	(923.908)	483.488	516.929	484.979	518.610
Máquinas e equipamentos	3,33% a 50%	2.778.832	(1.689.978)	1.088.854	1.136.717	1.088.854	1.136.718
Moldes e ferramentas	14% a 50%	2.625.539	(2.062.015)	563.524	584.220	563.524	584.220
Equipamentos de informática	25%	95.109	(83.852)	11.257	12.915	11.257	12.916
Veículos	25%	129.098	(25.122)	103.976	113.551	103.976	113.551
Móveis e utensílios	12% a 17%	33.038	(28.025)	5.013	7.185	5.046	7.264
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	11.768	(10.255)	1.513	1.790	1.558	2.851
Sistemas de comunicação	10%	3.671	(3.624)	47	78	47	78
Equipamentos e materiais publicitários	10%	35.428	(32.571)	2.857	4.377	2.857	4.377
Adiantamento a fornecedores	-	59.976	-	59.976	120.133	60.359	120.516
Direito de uso – arrendamentos	10%	8.386	(3.571)	4.815	3.350	138.693	142.237
Outros	-	46	-	46	46	46	46
		7.770.006	(5.156.726)	2.613.280	2.807.564	2.749.110	2.949.201

(*) Período de acordo com o contrato de locação

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	2.807.564	2.992.288	2.949.201	3.140.117
Adições (a)	468.630	455.467	468.630	455.466
Baixas	(189.699)	(153.912)	(189.696)	(153.912)
Depreciação – direito de uso	(2.203)	(2.285)	(7.212)	(7.750)
Impairment (b)	-	(84.884)	-	(84.884)
Depreciação – imobilizado	(471.012)	(399.110)	(471.813)	(399.837)
Saldo no final do exercício	2.613.280	2.807.564	2.749.110	2.949.201

- (a) Dentro do valor total de adições de 2021, o montante de R\$ 10.930 não foi pago dentro do exercício (R\$ 4.876 em 2020), o qual não teve efeito no fluxo de caixa do Grupo.
- (b) Em 2020, um estudo detalhado revelou que a linha de produção do modelo X52 não atendia a expectativa de recuperabilidade, necessitando de alterações substanciais em seu processo de fabricação. Assim, a Administração estimou o valor recuperável da UGC (a linha de produtos) em 2020 no valor de R\$ 84.884 e efetuou o ajuste para redução do ativo imobilizado no mesmo exercício. Em 2021 não houve indícios para impairment no teste de recuperabilidade realizado pelo Grupo.

16 Intangível (controladora e consolidado)

	Taxas % anuais de amortização	Controladora			
		2021		2020	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	33%	83.515	(83.049)	466	1.155
Propriedade intelectual	20% a 50%	45.866	(45.326)	540	2.935
		129.381	128.375	1.006	4.090

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo intangível:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	4.090	9.579	4.090	9.579
Adições	262	77	262	77
Amortização	(3.346)	(5.566)	(3.346)	(5.566)
Saldo no final do exercício	1.006	4.090	1.006	4.090

O Grupo efetuou análise sobre a recuperabilidade de seu intangível de acordo com o CPC 01, não identificando indicativos de existência de ativos não recuperáveis, e desta forma, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável do intangível foi constituído.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Nacional				
Terceiros	931.162	714.810	972.917	760.651
Partes relacionadas (nota 20)	19.060	26.103	15.328	8.954
Exterior				
Terceiros	3.338	6.896	3.339	6.891
Partes relacionadas (nota 20)	959.191	1.223.637	959.276	1.223.722
	1.912.751	1.971.446	1.950.860	2.000.218

18 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;

Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo, até o presente momento, identifica condições adequadas para cumprimento dos prazos de arrendamentos vigentes nos contratos. O contrato de leasing mais representativo é firmado pela controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda referente ao terreno e galpão físico localizado em Quatro Barras/PR, com prazo de locação inicial firmado de 30 (trinta) anos, com opção de compra a ser exercida após o prazo de locação mínimo de 10 (dez) anos.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

				Controladora			
				2021		2020	
	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento final	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Leasing financeiro	7,83%	Pré fixado	01/12/2023	417	449	504	-
Leasing financeiro	4,47%	Pré fixado	01/12/2023	414	461	402	-
Leasing financeiro	4,47%	Pré fixado	01/12/2024	-	-	1.354	-
Leasing financeiro	4,47%	Pré fixado	01/01/2026	343	1.234	300	-
Leasing financeiro	10,37%	Pré fixado	01/09/2030	134	1.122	444	1.120
				1.308	3.266	3.004	1.120
				Consolidado			
				2021		2020	
	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento final	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Leasing financeiro	7,83%	Pré fixado	01/12/2023	417	449	504	-
Leasing financeiro	4,47%	Pré fixado	01/12/2023	414	461	402	-
Leasing financeiro	4,47%	Pré fixado	01/12/2024	-	-	1.354	-
Leasing financeiro	4,47%	Pré fixado	01/01/2026	343	1.234	300	-
Leasing financeiro	10,37%	Pré fixado	01/09/2030	134	1.122	444	1.120
Leasing financeiro	10,37%	Pré fixado	01/04/2046	1.707	167.282	1.544	168.987
				3.015	170.548	4.548	170.107

Abaixo demonstramos a movimentação do direito de uso no exercício:

	Controladora		Consolidado	
Direito de uso	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1 de janeiro	3.350	12.677	142.237	157.029
Novos contratos registrados	-	5.635	-	5.635
Reajuste de contratos	10.513		10.513	
Baixas	(6.845)	(12.677)	(6.845)	(12.677)
Depreciação	(2.203)	(2.285)	(7.212)	(7.750)
Saldo em 31 de dezembro	4.815	3.350	138.693	142.237

Abaixo demonstramos a movimentação do passivo de arrendamento no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo de arrendamento				
Saldo em 1 de janeiro	4.124	13.283	174.655	185.211
Novos contratos registrados	-	5.635	-	5.635
Baixas/ajustes	2.866	(12.577)	2.866	(12.577)
Pagamentos	(2.919)	(3.144)	(24.597)	(23.886)
Juros de arrendamento	503	927	20.640	20.272
Saldo em 31 de dezembro	4.574	4.124	173.563	174.655

19 Empréstimos e financiamentos

As modalidades dos empréstimos e suas principais condições são:

	Taxa anual de juros	Indexador	Vencimento final	Controladora e Consolidado			
				2021		2020	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ACC	3,6%	Dólar norte-americano	18/03/2021	-	-	208.529	-
NCE	147,53%	% do CDI	03/10/2022	1.595.687	325.280	1.338.405	999.069
CCB	168,43%	% do CDI	04/11/2022	709.291	-	154.607	601.828
FINIMP	116,95%	% do CDI	23/04/2021	224.261	-	831.645	-
4131	129,66%	% do CDI	19/09/2022	282.003	-	-	-
SWAP	% do CDI	Dólar norte-americano + Taxa Fixa a.a. +% do CDI + spread	24/04/2023	16.816	-	5.180	-
				2.828.058	325.280	2.538.366	1.600.897

As operações de empréstimo e financiamento em moeda estrangeira listadas acima estão protegidas de variação cambial por instrumentos financeiros derivativos conforme nota explicativa 31. A Companhia e sua controlada avaliaram os contratos vigentes e não foram identificadas cláusulas restritivas (covenants).

O cronograma para pagamentos dos empréstimos de longo prazo é conforme abaixo:

Ano	2021	
	Controlada	Consolidado
2023	325.280	325.280
	325.280	325.280

(i) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Os financiamentos junto a instituições financeiras foram contraídos para capital de giro e outras operações, com as seguintes características:

	Controladora				Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Total	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Total
Saldo apresentado em 1 de janeiro de 2021	4.139.263	-	4.124	4.143.387	4.139.263	-	174.655	4.313.918
<i>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</i>								
Captações de empréstimos e financiamentos	2.228.325	-	-	2.228.325	2.228.325	-	-	2.228.325
Pagamento de empréstimos	(3.260.629)	-	-	(3.260.629)	(3.260.629)	-	-	(3.260.629)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(216.236)	-	-	(216.236)	(216.236)	-	-	(216.236)
Pagamento de arrendamentos	-	-	(2.919)	(2.919)	-	-	(24.597)	(24.597)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(1.248.540)	-	(2.919)	(1.251.459)	(1.248.540)	-	(24.597)	(1.273.137)
<i>Variações dos fluxos de caixa de investimentos</i>								
Recebimento na liquidação de swap	(22.652)	-	-	(22.652)	(22.652)	-	-	(22.652)
Total das variações nos fluxos de caixa de investimento	(22.652)	-	-	(22.652)	(22.652)	-	-	(22.652)
<i>Impactos de resultado</i>								
Juros e variação cambial não realizada sobre empréstimos	221.947	-	-	221.947	221.947	-	-	221.947
Variação cambial sobre empréstimos	36.799	-	-	36.799	36.799	-	-	36.799
Provisão de Swap	26.522	-	-	26.522	26.522	-	-	26.522
Juros sobre arrendamentos	-	-	503	503	-	-	20.640	20.640
Total das outras variações relacionadas com passivos	285.267	-	503	285.770	285.267	-	20.640	305.907
<i>Transações que não afetam caixa</i>								
Reversão de contratos renegociados e encerrados	-	-	2.866	2.866	-	-	2.866	2.866
Novos contratos de arrendamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	-	2.866	2.866	-	-	2.866	2.866
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.153.339	-	4.574	3.157.913	3.153.339	-	173.563	3.326.902

Renault do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora				Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Total	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Total
Saldo apresentado em 1 de janeiro de 2020	1.715.528	25.039	13.283	1.753.850	1.715.528	25.039	185.211	1.925.778
<i>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</i>								
Captações de empréstimos e financiamentos	5.199.684	-	-	5.199.684	5.199.684	-	-	5.199.684
Pagamento de empréstimos	(3.589.687)	(25.000)	-	(3.614.687)	(3.589.687)	(25.000)	-	(3.614.687)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(78.064)	(290)	-	(78.354)	(78.064)	(290)	-	(78.354)
Pagamento de arrendamentos	-	-	(3.144)	(3.144)	-	-	(23.886)	(23.886)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	1.531.933	(25.290)	(3.144)	1.503.499	1.531.933	(25.290)	(23.886)	1.482.757
<i>Variações dos fluxos de caixa de investimentos</i>								
Recebimento na liquidação de swap	722.563	-	-	722.563	722.563	-	-	722.563
Total das variações nos fluxos de caixa de investimento	722.563	-	-	722.563	722.563	-	-	722.563
<i>Impactos de resultado</i>								
Juros e variação cambial não realizada sobre empréstimos	123.544	251	-	123.795	123.544	251	-	123.795
Variação cambial sobre empréstimos	744.457	-	-	744.457	744.457	-	-	744.457
Provisão de Swap	(698.762)	-	-	(698.762)	(698.762)	-	-	(698.762)
Juros sobre arrendamentos	-	-	927	927	-	-	20.272	20.272
Total das outras variações relacionadas com passivos	169.239	251	927	170.417	169.239	251	20.272	189.762
<i>Transações que não afetam caixa</i>								
Reversão de contratos renegociados e encerrados	-	-	(12.577)	(12.577)	-	-	(12.577)	(12.577)
Novos contratos de arrendamentos	-	-	5.635	5.635	-	-	5.635	5.635
Total das outras variações relacionadas com passivos	-	-	(6.942)	(6.942)	-	-	(6.942)	(6.942)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.139.263	-	4.124	4.143.387	4.139.263	-	174.655	4.313.918

20 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativo a operações com empresas relacionadas, foram realizadas em condições específicas pactuadas entre as partes que levam em consideração as políticas internas para transações no Grupo e, portanto, poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

	Controladora					Consolidado					
	2021					2021					
	Renault SAS	RBCP	Renault Argentina	Outras empresas ligadas	Total	2020	Renault SAS	Renault Argentina	Outras empresas ligadas	Total	2020
Ativo											
Aplicações financeiras (a)	-	-	-	1.153	1.153	1.217	-	-	1.153	1.153	1.217
Clientes (nota 10)	624.971	3.437	178.354	11.633	818.395	1.165.416	721.752	185.428	31.264	938.444	1.230.399
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	126.614	-	-	126.614	94.122	-	-	-	-	-
Total do ativo	624.971	130.051	178.354	12.786	946.162	1.260.755	721.752	185.428	32.417	939.597	1.231.616
Passivo											
Royalties a pagar	36.121	-	-	-	36.121	53.516	36.121	-	-	36.121	53.516
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	16.792	-	-	14	16.806	16.949	18.830	-	7.392	26.222	18.360
Outros	-	-	-	3.667	3.667	658	-	-	3.667	3.667	658
Sub total	52.913	-	-	3.681	56.594	69.807	54.051	-	11.059	66.010	71.195
Fornecedores (nota 17)	904.729	295	55.341	64.007	1.024.372	1.302.598	904.729	55.426	64.690	1.024.845	1.302.460
Total do passivo	957.642	295	55.341	67.688	1.080.966	1.373.063	959.680	55.426	75.749	1.090.855	1.374.313
Transações											
Compras	3.151.420	297	50.168	4.639.029	7.840.914	6.672.503	3.151.420	50.168	4.639.029	7.840.617	6.671.710
Royalties	238.648	-	-	-	238.648	171.736	238.648	-	-	238.648	171.736
Juros s/ capital próprio	74.859	-	-	60	74.919	-	74.859	-	60	74.919	-
Total de despesas	3.464.927	297	50.168	4.639.089	8.154.481	6.844.239	3.464.927	50.168	4.639.089	8.154.184	6.843.446
Vendas e outras receitas	3.062.804	255.642	653.164	7.760.737	11.732.347	9.106.063	3.062.804	653.164	7.760.737	11.476.705	8.910.802
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Total de receitas	3.062.804	255.642	653.164	7.760.737	11.732.347	9.106.064	3.062.804	653.164	7.760.737	11.476.705	8.910.803

(a) As aplicações financeiras com partes relacionadas estão assim representadas:

Empresa	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Renault Finance	1.153	1.217
	1.153	1.217

As principais empresas ligadas com as quais o Grupo mantém relações comerciais são: Renault Argentina, Renault SAS (França), SOFASA (Colômbia), Cormecânica (Chile) e Nissan do Brasil.

a. Compras de peças de reposição

As peças de reposição importadas pelo Grupo junto às empresas relacionadas, Renault S.A. - França e Renault Argentina S.A. são, na sua totalidade, vendidas à controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração foi de R\$ 3.138 (R\$ 3.493 em 31 de dezembro de 2020).

A remuneração total é composta por salário, bônus performance e benefícios, considerando as práticas de mercado.

21 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
IPI	84.673	37.956	84.673	37.956
ICMS a recolher (a)	52.776	36.315	62.587	45.562
Impostos sobre importação	23.981	31.844	23.950	31.813
PIS/COFINS	2.831	2.114	3.190	2.424
IRRF e CIDE sobre royalties	10.624	15.547	10.624	15.547
Parcelamento PERT (b)	11.846	11.846	11.846	11.846
ISS	13.034	13.004	13.337	13.337
IRRF sobre JSCP	11.238	-	11.238	11
IRRF e CIDE	21.797	13.851	22.041	14.133
(-) Cut-off impostos (c)	(20.106)	-	(20.106)	-
	212.694	162.477	223.380	172.629
Não circulante				
ICMS a recolher (a)	16.451	16.938	16.451	16.938
Parcelamento PERT (b)	82.942	92.255	82.942	92.255
Ajuste a valor presente	(690)	(2.511)	(690)	(2.511)
	98.703	106.682	98.703	106.682
	311.397	269.159	322.083	279.311

(a) ICMS a recolher

A parcela relativa ao não circulante refere-se, substancialmente, ao benefício de dilação do prazo para o pagamento do ICMS a recolher. Esse benefício foi concedido pelo Governo do Estado do Paraná a partir de 1997 e estendeu-se até abril de 2006, de acordo com os diversos programas vigentes à época. Esse imposto começou a ser pago em 2011 e possui vencimento final em junho de 2022.

Em 2021 não havia programação de parcelas a serem pagas. Os pagamentos serão retomados em janeiro de 2022. Em 2020 foi pago o montante de R\$ 6.545, relativo às parcelas de janeiro a maio de 2016.

O montante do ajuste a valor presente foi calculado com base em taxas de mercado estimadas à época da transação. Em 2021, a realização do ajuste a valor presente gerou uma despesa financeira de R\$ 1.821 (R\$ 1.753 em 2020), registrada diretamente ao resultado do exercício.

(b) Parcelamento PERT - Regime Automotivo

Em 29 de setembro de 2017 o Grupo aderiu ao PERT (Programa especial de regularização tributária) instituído pela MP 783 e posteriormente convertida na Lei 13.496. O parcelamento foi devidamente deferido e consolidado pela Secretaria da Receita Federal. O Grupo vinha discutindo judicialmente esta obrigação fiscal, cujo processo, a partir da referida data foi extinto em decorrência da adesão ao PERT, fazendo com que os valores, até então contabilizados na provisão para contingências, fossem reclassificados para a conta de obrigações tributárias. Os efeitos da renegociação foram registrados na conta de outras receitas operacionais líquidas na demonstração de resultado.

(c) Cut-off impostos

Parcela tributária da reversão de receita dos veículos faturados e não entregues em 31 de dezembro de 2021, compreende PIS, Cofins, ICMS e IPI.

22 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 2.393.893 está representado por ações nominativas ordinárias (ON), aquelas que dão direito a voto, e preferenciais (PN), sem valor nominal e que possuem prioridade no recebimento de distribuição dos lucros, assim distribuídas:

	ON	PN	Total	%
Acionistas				
Renault SAS	670.331.224.178	136.615.973.268	806.947.197.446	99,92%
Fundo de Desenvolvimento Econômico (PR)	-	614.821.647	614.821.647	0,08%
	<u>670.331.224.178</u>	<u>137.230.794.915</u>	<u>807.562.019.093</u>	<u>100%</u>

a. Dividendos a distribuir

Os dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas ordinários são de 5% sobre o lucro líquido ajustado. Os acionistas preferenciais têm direito a dividendos 10% superiores aos distribuídos aos acionistas ordinários.

Em 2021 o Grupo não efetuou distribuição de dividendos em função de ainda possuir prejuízos acumulados a compensar antes de seguir com a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

b. Reserva para subvenção de investimentos

Em setembro de 2011 o Grupo firmou um protocolo de intenções com o Governo do Estado do Paraná o qual foi renegociado em 2015. Este protocolo estabelece condições gerais e obrigações mútuas para o desenvolvimento de novos projetos na unidade industrial do Grupo instalada no Paraná.

O referido protocolo previa o cumprimento de contrapartidas que vem sendo renegociadas e readequadas em função das alterações das condições macroeconômicas decorrentes da crise econômica. O Protocolo de Intenções autoriza que as partes efetuem essas adequações em comum acordo. Em novembro de 2018 o Grupo e o Governo do Estado do Paraná firmaram o Sexto Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções. Este aditivo teve o objetivo de consolidar as obrigações, contrapartidas e benefícios do Protocolo de Intenções 2011 e seus aditivos, além de criar novas condições e obrigações mútuas para o desenvolvimento do projeto de veículos elétricos da Renault em território paranaense. As principais alterações foram a prorrogação do prazo das obrigações mútuas e benefícios, inclusive para veículos elétricos até 2027 e a confirmação das obrigações firmadas e realizadas entre as partes.

Foi reconstituída para reserva subvenção de investimentos no patrimônio líquido em 2021 o montante de R\$ 262.088 (R\$ 38.935 em 2020).

c. Reserva legal

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2021, não houve constituição de Reserva legal em função da existência de prejuízos acumulados.

23 Imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

a. Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	354.148	(499.432)	384.963	(478.281)
Aliquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
	(120.410)	169.807	(130.887)	162.616
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação				
Resultado equivalência patrimonial	19.490	14.154	-	-
Adições e exclusões permanentes, líquidas (i)	(41.223)	41.529	(41.543)	42.477
Imposto de renda e contribuição social	(142.143)	225.490	(172.431)	205.093
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	-	(225.490)	-	(225.490)
Provisão para não realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	-	(84.387)	-	(84.387)
Adições e exclusões temporárias, líquidas (ii)	78.198	-	77.701	-
Compensações de IRPJ e CSLL diferidos	19.183	-	19.183	-
Incentivos fiscais	27.622	-	28.131	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(17.139)	-	(47.416)	(17.324)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(84.387)	-	(87.460)
	(17.139)	(84.387)	(47.416)	(104.784)

- (i) Adições e exclusões permanentes, líquidas: diferenças entre o lucro tributável e o lucro contábil, sendo adições as diferenças tributáveis e exclusões as diferenças dedutíveis ao lucro tributável, como por exemplo: despesas com brindes, despesas extraordinárias, doações, multas.
- (ii) Adições e exclusões temporárias, líquidas: diferenças que poderão impactar o lucro tributável futuro, neste caso refere-se basicamente a provisões que estão sendo revertidas.

b. Imposto de renda diferido

Detalhamento da composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisões não dedutíveis	371.905	450.103	389.875	467.576
Tributos com exigibilidade suspensa	38.370	38.370	38.370	38.370
Prejuízo fiscal	1.338.913	1.353.019	1.338.913	1.353.019
Base negativa CSLL	<u>510.541</u>	<u>515.419</u>	<u>510.341</u>	<u>515.419</u>
Imposto de renda diferido ativo	2.259.530	2.356.911	2.277.500	2.374.384
Imposto de renda diferido ativo não registrado	<u>(2.259.530)</u>	<u>(2.356.911)</u>	<u>(2.259.530)</u>	<u>(2.356.911)</u>
Parcela do imposto de renda diferido ativo registrado	-	-	<u>17.970</u>	<u>17.473</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui R\$ 5.355.635 de prejuízos fiscais e R\$ 5.670.459 de base de cálculo negativa da contribuição social (R\$ 5.412.075 e R\$ 5.726.881 respectivamente, em 2020) para compensação com lucros tributáveis futuros. A Administração, com base na instabilidade provocada em 2020 pelo impacto negativo da crise gerada pela pandemia da COVID-19, afetando os estudos e projeções de resultados futuros, decidiu deixar de reconhecer contabilmente a parcela de impostos sobre a renda diferidos.

24 Provisão para contingências

Com base na análise individual dos processos judiciais, a Administração com base na avaliação efetuada por seus advogados, constituiu provisão para riscos conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Riscos tributários (a)	148.162	228.190	148.338	228.366
Riscos trabalhistas (b)	50.737	53.447	50.737	53.447
Riscos cíveis e consumidor (c)	68.862	53.157	68.861	53.157
Provisão ABRARE (d)	<u>35.271</u>	<u>300.768</u>	<u>35.271</u>	<u>300.768</u>
Total de riscos	<u>303.032</u>	<u>635.562</u>	<u>303.207</u>	<u>635.738</u>
Depósitos judiciais que requerem provisão (ativo não circulante)	<u>(25.670)</u>	<u>(370.212)</u>	<u>(25.704)</u>	<u>(370.246)</u>
Provisão para contingências, líquida - passivo	<u>277.362</u>	<u>265.350</u>	<u>277.503</u>	<u>265.492</u>

As principais provisões podem ser resumidas conforme segue:

- (a) Tributários - discussão a respeito de teses jurídicas sobre incidência ou não de tributos em operações realizadas pelo Grupo. Os valores provisionados representam as discussões cuja probabilidade de perda foram avaliadas como “provável” durante o exercício.
- (b) Trabalhistas - discussões sobre procedência ou não de verbas trabalhistas reclamadas por empregados próprios e, por responsabilidade subsidiária, quanto a reclamações de empregados de terceiros.
- (c) Cíveis - discussão sobre cabimento ou não de indenização em rescisões de contratos com concessionárias e fornecedores. Para consumidores as ações se resumem em reclamações diversas relativas a danos morais e materiais.
- (d) Em 2020, com base na Ação de Exclusão de ICMS da base de PIS/COFINS reconhecido em 2019, relativo ao período de 2003 a 2008, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 21.264, ajustando o montante da provisão referente à esta ação para R\$ 77.032. Ainda em 2020, relativo a Ação de Exclusão de ICMS da base de PIS/COFINS relativo ao período de 2008 a 2018, a Companhia também reverteu a provisão de 2019 de R\$ 185.387 juntamente com o incremento de provisão no valor de R\$ 207.378, conforme descrito na nota 12. O restante da movimentação foi decorrente de provisões mensais e atualizações monetárias dos valores a pagar a Abrare.

O Grupo registrou em 2021 um montante de R\$ 72.685 (R\$ 24.823 em 2020) em receitas financeiras referente a atualizações de juros Selic sobre processos tributários que exigem depósitos judiciais.

a. Processos com probabilidade de perda possível

As contingências de natureza cível, trabalhista e consumidor avaliadas com probabilidade de perda como possível totalizaram R\$ 191.384 (R\$ 178.609 em 2020). As contingências tributárias com probabilidade de perda possível totalizaram R\$ 1.420.948 (R\$ 1.516.257 em 2020). O principal processo que compõe este último saldo decorre da impugnação administrativa ao auto de infração, no valor de R\$ 742.072 (principal, multa, juros e juros da multa), relativo a discussão da ilegalidade da Instrução Normativa nº 243/02 quanto à aplicação do método PRL 20% e 60% de Preço de Transferência e do respectivo ajuste tributário de retificação do saldo de prejuízo fiscal/base negativa de CSL, referente ao ano de 2005. O total de contingências possíveis perfaz R\$ 1.612.332 (R\$ 1.694.866 em 2020)

Natureza	2021	2020
Cível, trabalhista e consumidor	191.384	178.609
Tributárias	<u>1.420.948</u>	<u>1.516.257</u>
Total	<u>1.612.332</u>	<u>1.694.866</u>

b. Movimentação da provisão para contingências

A movimentação da provisão para contingências durante o exercício, líquido dos respectivos depósitos judiciais que requerem provisão, pode ser resumida conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	635.562	605.321	635.738	607.004
Adições	79.591	170.931	79.591	170.931
Baixas	<u>(412.121)</u>	<u>(140.690)</u>	<u>(412.122)</u>	<u>(142.197)</u>
Saldo final	<u>303.032</u>	<u>635.562</u>	<u>303.207</u>	<u>635.738</u>

25 Plano de previdência privada

O plano de previdência privada do Grupo é administrado pela Multipensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada (Fundo), entidade constituída sob a forma de Companhia Civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com personalidade jurídica de direito privado distinta de suas patrocinadoras.

O Fundo tem como objeto a administração e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, conforme estabelecido no Regulamento do plano de benefícios, na forma da legislação vigente e trata-se de um plano de benefícios com contribuição definida.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos do Fundo provêm, portanto, de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como, dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

As contribuições ao plano pelo Grupo e sua controlada em 2021 representaram cerca de 0,50% da folha de pagamento (0,57% em 2020), totalizando R\$ 3.195 e R\$ 9, respectivamente (R\$ 3.201 e R\$ 21, respectivamente, em 2020).

26 Participação nos resultados

O Plano de participação nos resultados adotado pelo Grupo estabelece a seguinte forma de distribuição:

Bônus Performance: é aplicado para os cargos de master, coordenadores, supervisores, gerentes e diretores e é calculado de acordo com o alcance de objetivos coletivos e individuais.

Participação nos resultados (PPR): é aplicado aos demais colaboradores, definido anualmente através de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e é baseado em indicadores de qualidade, volumes e *market share*.

O valor global provisionado para pagamento de bônus performance e PPR é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bônus Performance e PPR	<u>103.977</u>	<u>116.964</u>	<u>104.699</u>	<u>117.674</u>

Os gastos com participação nos resultados foram contabilizados como despesas e custos com pessoal e estão provisionados na rubrica de Obrigações sociais e previdenciárias.

27 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de vendas:				
Mercado interno	12.161.332	8.649.154	12.600.969	8.989.501
Mercado externo	2.670.411	2.354.988	2.858.228	2.463.418
Prestação de serviços	317.192	339.443	317.279	353.491
	<u>15.148.935</u>	<u>11.343.585</u>	<u>15.776.476</u>	<u>11.806.410</u>
Impostos incidentes sobre vendas e outras deduções	(4.166.909)	(2.807.574)	(4.326.063)	(2.936.448)
Receita líquida de vendas	<u><u>10.982.026</u></u>	<u><u>8.536.011</u></u>	<u><u>11.450.413</u></u>	<u><u>8.869.962</u></u>

28 Demonstração dos custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(7.561.022)	(6.043.146)	(7.792.502)	(6.200.531)
Custos e despesas de depreciação e amortização	(474.358)	(489.560)	(475.159)	(490.287)
Custo amortização direito de uso	(2.203)	(2.285)	(7.212)	(7.750)
Despesas com empregados	(942.978)	(1.041.039)	(949.543)	(1.049.035)
Despesas com aluguéis e estrutura	(64.815)	(58.476)	(64.789)	(58.258)
Despesas com manutenção e prestação de serviço	(352.582)	(393.678)	(361.236)	(400.697)
Despesas com transporte	(429.687)	(364.859)	(473.913)	(394.345)
Despesas comerciais	(655.911)	(613.073)	(680.801)	(626.561)
Impostos, taxas e encargos	(16.897)	(11.779)	(16.934)	(11.821)
Despesas com viagens	(5.151)	(8.062)	(5.191)	(8.167)
Seguros e garantias	(42.444)	(40.228)	(42.444)	(40.228)
Outros custos e despesas	(243.004)	(302.151)	(294.783)	(360.515)
Custo de transformação de veículos	(39.844)	(8.944)	(39.844)	(8.944)
Despesas com royalties	(260.432)	(191.734)	(260.432)	(191.734)
Despesas com honorários profissionais	(5.642)	(10.116)	(5.646)	(10.118)
	<u>(11.096.970)</u>	<u>(9.579.130)</u>	<u>(11.470.429)</u>	<u>(9.858.991)</u>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(9.640.848)	(8.050.939)	(9.919.315)	(8.241.799)
Despesas com vendas	(689.052)	(639.774)	(713.049)	(650.579)
Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.717)	(8.079)	(2.610)	(10.762)
Despesas gerais e administrativas	(765.353)	(880.338)	(835.455)	(955.851)
	<u>(11.096.970)</u>	<u>(9.579.130)</u>	<u>(11.470.429)</u>	<u>(9.858.991)</u>

29 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Subvenção para investimentos	236.644	167.146	248.552	170.704
Resultado na venda de ativo imobilizado	29.054	30.477	29.054	30.477
Inovar Auto (d)	478.898	-	478.898	-
Processo PIS/Cofins (c)	-	777.162	-	777.162
Provisão para contingências	59.031	23.505	58.124	23.392
Total de receitas	803.627	998.290	814.628	1.001.735
Despesas Rota 2030	(6.358)	(6.467)	(6.358)	(6.467)
Plano de reestruturação de rede	(10.074)	(8.146)	(10.075)	(8.146)
Plano de reestruturação de pessoal (a)	(53.602)	(78.441)	(54.128)	(78.811)
Impairment de ativo imobilizado (b)	-	(84.885)	-	(84.885)
Outras despesas	(540)	(47.282)	(837)	(39.963)
Total de despesas	(70.574)	(225.221)	(71.398)	(218.272)
Total receitas operacionais, líquidas	773.053	773.069	743.230	783.463

- (a) Em 2021 o Grupo deu continuidade na implementação do programa de redução de custos. A Companhia registrou uma despesa associada a reestruturação no valor R\$ 53.602 em 2021 (R\$ 78.441 em 2020). Os valores da reestruturação incluem principalmente benefícios de rescisão para empregados e incentivos oferecidos no programa de demissão voluntária e são baseados em um plano detalhado acordado entre a Administração e os sindicatos dos empregados.
- (b) No ano de 2020 o Grupo efetuou análise sobre a recuperabilidade de seu ativo imobilizado de acordo com o CPC 01, identificando indicativos de existência de ativos não recuperáveis, e desta forma, foi constituído um ajuste para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado no valor de R\$ 84.885, conforme nota explicativa 15. Em 2021 não houve indícios para impairment no teste de recuperabilidade realizado pelo Grupo.
- (c) O valor registrado é referente à discussão sobre a exigibilidade da tributação do PIS e da COFINS sobre a parcela do ICMS contida na receita de vendas detalhadas na nota explicativas 12, apuradas em 2020 e utilizados no ano de 2021.
- (d) O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto), foi um regime automotivo trazido pelo Governo Brasileiro, com vigência entre 2011 e 2017. No Decreto 7.819/2012, o Governo Federal majorou as alíquotas de IPI na venda de veículos em 30%. Entretanto, com o intuito de beneficiar as empresas instaladas no país, o Governo concedeu a possibilidade de utilização do crédito presumido de IPI, calculado sobre insumos estratégicos, para compensação dos 30 pontos percentuais de IPI majorados. Neste mesmo decreto, o Governo trazia a possibilidade de exclusão dos créditos presumidos das bases do PIS e da COFINS. Observando esta possibilidade, a empresa recalculou suas bases de PIS COFINS gerando assim créditos, os quais foram reconhecidos nas contas de resultado em 2021.

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	54.085	35.680	56.712	36.688
Resultado em operações de derivativos	87.951	-	87.951	-
Atualização depósito judicial	72.685	24.823	72.685	24.823
Ganhos cambiais sobre operações financeiras	37.501	267.801	37.501	267.801
Outras receitas financeiras	<u>37.096</u>	<u>9.618</u>	<u>37.096</u>	<u>34.446</u>
Total receitas financeiras	<u>289.318</u>	<u>337.922</u>	<u>291.945</u>	<u>363.758</u>
Despesas financeira				
Realização do ajuste a valor presente	(1.821)	(1.753)	(1.821)	(1.753)
Juros sobre empréstimos	(216.236)	(123.902)	(216.236)	(123.902)
Juros sobre arrendamentos	(503)	(927)	(20.640)	(20.272)
Resultado em operações de derivativos	(158.336)	(304.741)	(184.847)	(304.741)
Comissões fianças bancárias	(139)	(4.167)	(139)	(4.167)
Despesas com juros de mora	(8.542)	(16.520)	(9.861)	(16.530)
Atualização de provisão Abrare	-	(19.825)	-	(19.825)
Juros s/ operações com o controlador (JCP)	(78.861)	-	(70.905)	-
Outras despesas financeiras	<u>(116.535)</u>	<u>(59.829)</u>	<u>(98.387)</u>	<u>(84.909)</u>
Total despesas financeiras	<u>(580.973)</u>	<u>(531.664)</u>	<u>(602.836)</u>	<u>(576.099)</u>
Variação cambial líquida	<u>(29.630)</u>	<u>(77.270)</u>	<u>(27.360)</u>	<u>(60.374)</u>
Total resultado financeiro	<u>(321.285)</u>	<u>(271.012)</u>	<u>(338.251)</u>	<u>(272.715)</u>

31 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Todavia, as estimativas efetuadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	2021		2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.747.330	1.825.551	1.894.293	1.961.116
Contas a receber de clientes	904.206	1.035.241	1.201.627	1.258.877
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	2.848.177	2.848.177	2.538.366	2.538.366
Arrendamentos	1.308	3.015	3.004	4.548
Fornecedores	1.912.752	1.950.860	1.971.446	2.000.218
ICMS e Parcelamento PERT a recolher (nota 19)	98.703	98.703	106.682	106.682
Swap	(16.816)	(16.816)	(12.945)	(12.945)

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. Os principais riscos aos quais o Grupo está exposto na condução de suas atividades são:

- (a) **Risco de crédito:** As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com empresas relacionadas, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.
- (b) **Risco de taxa de câmbio:** O Grupo possui obrigações e direitos indexados em moeda estrangeira, principalmente referentes às transações com partes relacionadas divulgadas na nota explicativa 20, e empréstimos divulgados na nota explicativa 19.
- (c) **Valor de mercado dos instrumentos derivativos:** A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada pelo departamento de tesouraria do Grupo com base nas informações de cada operação contratada e suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxa de juros e dólar futuro. Tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.
- (d) **Risco de taxa de juros:** O Grupo está exposto a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados, principalmente ao CDI, TJLP e taxas pré-fixadas, por outro lado, o Grupo possui aplicações financeiras vinculadas a derivativos de proteção contratados sob as mesmas taxas de juros, para cobrir tal exposição.

O Grupo detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à taxa de juros e variação cambial. Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte. Os instrumentos derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. Não houve mudança na exposição do Grupo aos riscos de mercado ou na maneira pela qual o Grupo administra e mensura esses riscos.

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos classificados dentro do grupo de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são conforme abaixo:

			Controladora e Consolidado							
			Valor de referência				Valor justo a receber (a pagar)			
Indexador			2021		2020		2021		2020	
Swap	Parte ativa	Parte passiva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva
	Dólar norte-americano + Taxa Fixa a.a.	% do CDI	510.089	10.977	1.537.654	1.562.458	14.219	10.977	21.586	21.698
Passivo	% do CDI	Dólar norte-americano + Taxa Fixa a.a.	(495.870)	-	(1.548.636)	(1.575.403)	-	-	(32.568)	(34.643)
Ativo	% do CDI + Taxa Fixa a.a..	% do CDI	1.291.667	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	% do CDI	% do CDI + Taxa Fixa a.a.	(1.322.702)	(6.667)	-	-	(31.035)	(6.667)	-	-
			(16.816)	4.310	(10.982)	(12.945)	(16.816)	4.310	(10.982)	(12.945)

b. Gestão de risco de taxa de câmbio

O Grupo realiza transações em moeda estrangeira e, conseqüentemente, está exposto às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas estratégias aprovadas por meio da utilização de contratos de swap cambial.

Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira expostos a riscos de variação cambial pertencentes ao Grupo no final do período de relatório são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	2021	2020	2021	2020
<i>(Em milhares de dólares ou euros)</i>				
Dólar norte-americano	826.828	1.048.716	695.119	1.006.883
Euro	34.335	86.120	93.979	239.407

c. Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo em relação a essas moedas estrangeiras. O percentual de oscilação (aumento/redução) de 10% do Real é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

	Controladora e Consolidado			
	2021		2020	
	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano
Resultado	12.831	152.915	32.553	205.560

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

d. Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Dívida bruta	(4.971.949)	(4.675.293)	(5.104.016)	(4.822.554)
Empréstimos e financiamentos	(2.828.058)	(2.538.366)	(2.828.058)	(2.538.366)
Arrendamentos	(1.308)	(3.004)	(3.015)	(4.548)
Fornecedores	(1.912.751)	(1.971.446)	(1.950.860)	(2.000.218)
Impostos	(229.832)	(162.476)	(322.083)	(279.422)
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.747.330	1.894.293	1.825.551	1.961.116
	<u>(3.224.621)</u>	<u>(2.781.000)</u>	<u>(3.278.466)</u>	<u>(2.861.438)</u>
Patrimônio líquido	1.897.811	1.560.802	1.897.811	1.560.802
Endividamento líquido	169,91%	178,18%	172,15%	183,33%

(a) Disponibilidade em tesouraria, depósitos em bancos e aplicações de liquidez imediata.

No que se refere ao índice de endividamento mencionado acima, cabe ressaltar que parte significativa do saldo de fornecedores, no montante de R\$ 978.251 (R\$ 1.302.598 em 2020) referem-se a transações com partes relacionadas. A Administração também tem buscado o aperfeiçoamento de seus índices de alavancagem financeira e endividamento em geral por meio de ações voltadas ao alongamento do perfil da dívida, bem como por meio da obtenção de linhas de crédito com taxas de juros mais atrativas.

As decisões de investimento, assim como o planejamento estratégico do Grupo, foram discutidas e aprovadas por seus controladores.

e. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é definido como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado, e também dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);

Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm base os dados observáveis de mercado.

	Nível	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros					
Valor justo através do resultado		10.977	21.698	10.977	21.698
- Instrumentos financeiros		-	-	-	-
Custo amortizado					
- Caixa e equivalentes de caixa	(a)	1.747.330	1.894.293	1.825.551	1.961.116
- Contas a receber	(a)	904.206	1.201.627	1.035.241	1.258.877
Passivos financeiros					
Valor justo através do resultado		-	-	-	-
- Instrumentos financeiros		-	(34.643)	-	(34.643)
Custo amortizado					
- Empréstimos e financiamentos	(a)	2.828.058	2.538.366	2.828.058	2.538.366
- Arrendamentos		1.308	3.004	3.015	4.538
- Fornecedores	(a)	1.912.751	1.971.446	1.950.860	2.000.218
- ICMS e Parcelamento PERT a recolher (nota 20)	(a)	98.703	106.682	98.703	106.682

- (a) Os ativos financeiros não derivativos como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras tem valores contábeis que se aproximam de seus valores de mercado. Os passivos financeiros não derivativos empréstimos e financiamentos, fornecedores, ICMS a recolher, parcelamentos fiscais, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, tem valores contábeis que se aproximam com os seus valores de mercado.

Durante o período não houve nenhuma transferência entre os níveis.

32 Transações que não envolvem caixa

O Grupo efetuou transações que não envolvem caixa no período que não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixa. Foram estas:

- (i) Aquisições de imobilizado à prazo no montante de R\$ 10.930 em 2021 (R\$ 4.876 em 2020), que não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa nas atividades de investimento de aquisição de imobilizado e intangível, e, nas atividades operacionais de variação de fornecedores;
- (ii) Reconstituição de reserva de subvenção em 2020 referente ao lucro de 2018 destinado equivocadamente para absorção do prejuízo acumulado no valor de R\$ 38.935, não havendo impacto nas atividades operacionais de variação obrigações tributárias, e, atividades de investimentos de dividendos.

- (iii) Compensação de créditos de PIS e Cofins em 2020 no montante de R\$ 150.483. Estes valores não estão refletidos na demonstração do fluxo de caixa operacional de variação de impostos a recuperar e variação de obrigações tributárias.
- (iv) Reajustes de contratos de direito de uso de arrendamento em 2021 no valor de R\$ 2.866 na Controladora e no Consolidado, referentes à adoção inicial e novos contratos reconhecidos no período. Não havendo transação em caixa na operação, estes valores não estão refletidos na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimento e financiamento.

33 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pelo Grupo são renovadas anualmente, conforme detalhado abaixo:

- (i) Riscos nomeados, com cobertura contra os riscos de incêndio, raio, explosão, danos elétricos, fenômenos da natureza, derrames de “sprinklers”, tumultos e outros para os prédios, instalações, equipamentos, máquinas, móveis, utensílios, mercadorias e matérias primas em estoque, objetos, tendo, conforme apólice, valor em risco de R\$ 13.739.519.285,90 com limite máximo indenizável de R\$ 9.958.349.999,00. Franquia de R\$ 33.194.500,00 em 2021.
- (ii) Riscos nomeados com cobertura integral ao estoque de produtos acabados, valor em risco de R\$ 1.225.000.000,00 com limite máximo indenizável de R\$ 94.861.500,00 em 2021. Franquia de R\$ 6.324.100,00.

34 Eventos subsequentes

A Companhia avaliou os eventos ocorridos após 31 de dezembro de 2021 e não identificou impactos retroativos aos saldos registrados. Com relação a efeitos relevantes sobre a situação patrimonial futura da entidade, foram identificados:

Aporte de Capital

Em fevereiro de 2022 a Renault SAS aportou capital na Renault do Brasil S/A. O valor bruto recebido totalizou R\$1.712.636, sendo R\$6.508 referente a imposto sobre operações financeiras (IOF) e descontados na integralização.

Nova plataforma

Foi aprovada em 2022 a produção da nova plataforma CMF-B no Complexo Ayrton Senna, em São José dos Pinhais, para produção de novo SUV a ser incorporado no portfólio do Grupo até o final de 2023.

Guerra

Após decretada a Guerra entre Rússia e Ucrânia a Companhia avaliou e não identificou até o presente momento impactos direto às operações da entidade e sua controladora.